



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL

225

DECRETO Nº

4278



Setor de Divulgação e Controle	
S.G.M.	
Publicado no D. Oficial de 9	
de 14/11/78	de 14/11/78

Dispõe sobre o comércio ambulante na área do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A :

Art. 1º - As atividades do comércio ambulante na área do Município, obedecerão às normas estabelecidas na Lei nº .. 3187, de 24.10.68, e neste Decreto, cabendo seu licenciamento e - fiscalização à Secretaria Municipal da Produção e do Abastecimento (SMPA).

Parágrafo único - Ao titular da SMPA cabe, salvo disposição especial ou delegação expressa, o despacho final em todo o processo relacionado com o exercício do comércio ambulante.

Art. 2º - É considerado vendedor ambulante todo aquele que exerce de maneira itinerante, nos logradouros públicos, atividade lucrativa de caráter eventual ou transitório, inclusive os distribuidores autônomos de mercadorias a estabelecimentos comerciais ou residenciais e os que se dedicam à venda regular de produtos a domicílio.

Art. 3º - Na zona centro da cidade, cujos limites se acham definidos no artigo 1º da Lei nº 2022, de 7 de dezembro de 1959:

I - somente será concedido licenciamento ordinário para o exercício das seguintes atividades:

- a) - venda de bilhetes;
- b) - distribuição de mercadorias, proibida a venda a varejo;
- c) - venda a domicílio de frutas e verduras;
- d) - distribuição de pão, leite, doces, frios, gelo e bebidas a estabelecimentos comerciais e residenciais.

II - Poderão ser concedidas licenças especiais de estacionamento, exceto quanto ao perímetro compreendido pelas ruas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL

226

CORRETO

2.

Dr. Flôres, Riachuelo, Caldas Júnior e Av. Mauã, tão sômente para as seguintes atividades:

- a) - venda de jornais e revistas, respeitado o regulamento próprio;
- b) - venda de frutas, verduras, cachorro-quente, - pipocas, "churros" e açúcar centrifugado, obedecidas rigorosamente as disposições dêste regulamento;
- c) - venda de flôres, em locais especialmente preparados para êsse fim;
- d) - prestação de serviço por engraxates e fotôgrafos, proibido o estacionamento nas vias públicas.

Parágrafo único - Considera-se razão de interesse público para eventual alteração de local de estacionamento especial, nos termos do art. 12 § 3º da Lei nº 3187/68, o enquadramento nas disposições dêste Decreto.

Art. 4º - O comércio ambulante poderá ser exercido com o emprêgo dos seguintes equipamentos:

I - veículos de tração a motor para:

- a) - distribuição de mercadorias a estabelecimentos comerciais e residenciais;
- b) - venda de frutas e verduras, cachorro-quente e "churros" obedecida a padronização - imposta pela SMPA, podendo ser concedida licença para estacionamento eventual e temporário, fora da zona central da cidade.

II - veículos de tração animal, com atuação fora da zona do centro da cidade para:

- a) - venda de frutas e verduras;
- b) - distribuição de pão e outras mercadorias.

III - veículos de tração humana, com atuação fora da zona centro, salvo em casos de licença especial de estacionamento - obedecendo a tipos padronizados pela SMPA, dentro das seguintes medidas máximas e características:

- a) - 1,50 x 0,60m, com 1,00m de altura, desprovidos de cobertura, para a venda de frutas, verduras e sorvetes, sendo admitido o uso de guarda-sol, com altura mínima-



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL

227

CORRETO

3.

de 2,00m e diâmetro máximo de 1,50m;

- b) - 1,50 x 0,60m com 2,00m de altura, providos de cobertura, para a venda de cachorro-quente, pipocas, "churros" e açúcar centrifugado;
- c) - rodados com estrutura metálica, providos de pneus.

IV - cestos para a venda a domicílio de frutas e verduras, fora da zona do centro;

V - caixas isotérmicas para a venda de sorvetes e gelados, fora da zona do centro;

VI - maletas para a venda de produtos da indústria doméstica, inclusive comestíveis; e de outros artigos de manufatura nacional, desde que não destinados estes a consumo humano;

VII - barracas ou balcões removíveis, obedecendo modelos aprovados pela SMPA, para a venda de refrigerantes engarrafados de procedência industrial, em locais especialmente licenciados, fora da zona centro;

§ 1º - Os equipamentos de que tratam os incisos IV, V, VI deste artigo deverão obedecer formatos aprovados pela SMPA, e se conter dentro de um gabarito, na forma de um paralelogramo com medidas de 0,50, 0,40, 0,30m.

§ 2º - Os equipamentos destinados à venda de produtos alimentícios a varejo, bem como os respectivos acessórios somente poderão ser operados com a aprovação e vistoria do órgão sanitário competente.

Art. 5º - São obrigações específicas de todo o ambulante autorizado especialmente a estacionar:

I - obedecer ao seguinte horário de funcionamento:

- a) - das 7,00 às 20,00 horas, para a venda de frutas e verduras, permitindo o funcionamento apenas nos dias úteis;
- b) - das 15,00 às 21,00 horas, para pipocas, "churros" e açúcar centrifugado, admitida prorrogação de horário;
- c) - das 18,00 às 24,00 horas, para cachorro-quente, admitida a prorrogação de horário.

II - manter continuidade no atendimento, não lhe sendo permitido ausentar-se periodicamente do local ou por prazo superior a cinco (5) dias consecutivos, salvo com autorização expressa da SMPA;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL

228

CORRETO

4.

III - conservar limpa a área em torno do seu ponto de estacionamento, mantendo recipiente apropriado para o recolhimento de lixo e detritos proveniente de seu comércio;

IV - apresentar-se limpo e asseado, portando guarda-pó e gorro de cor clara;

V - manter o veículo de tração humana no local autorizado sobre o passeio e a 0,30m de distância do respectivo meio-fio, não sendo permitida a permanência se, obedecido esse distanciamento, restar menos de um metro e oitenta centímetros (1,80m) para passagem dos transeuntes;

VI - limitar a ocupação de veículos, com os artigos postos à venda, ao máximo de um metro e cinquenta centímetros (1,50m) do solo, podendo situar o estoque adicional para provisionamento, exclusivamente, na parte inferior e interna do equipamento;

VII - retirar do logradouro público, diariamente, logo após o período de funcionamento, todo o equipamento usado em seu comércio;

VIII - provisionar o equipamento antes do início do horário de funcionamento, após o qual não lhe será permitido fazê-lo;

IX - remover seu veículo e demais pertences dentro do prazo que lhe for estabelecido pela SMPA, quando esta achar conveniente.

Parágrafo único - A obrigação constante do inciso III se aplica também aos ambulantes não autorizados a estacionar, enquadrados nos incisos I, alínea b, II, III, V do art. 39, tendo em vista suas eventuais paradas para atendimento do público.

Art. 69 - Na concessão de licenciamento especial de estacionamento, fora da zona do centro da cidade, bem como na revisão de locais excepcionalmente mantidos naquela zona, deverão ser observadas, caso a caso, as consequências que do exercício do comércio ambulante, possam resultar, tendo em vista inclusive o equipamento a ser usado e especialmente, no que respeita:

I - ao trânsito, tanto de pedestres como de veículos, não sendo permitido:

- a) - a menos de dez metros (10,00m) das faixas de segurança e do alinhamento das construções de vias transversais;
- b) - em vias de tráfego intenso e em logradouros - outros onde esteja proibido o estacionamento de veículos, ouvida a SMT;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL

229

CORRETO

5.

c) - num raio de 30,00m de distância das terminais, bem como em locais de parada de veículos de transporte coletivo.

II - a ruídos ou aglomerações de pessoas, não sendo permitido defronte ou junto a hospitais, edifícios públicos, estabelecimentos bancários, templos religiosos, monumentos, sedes ou residências de representações estrangeiras, estabelecimentos militares e policiais, estações rôdo e ferroviárias, aeroportos, postos de gasolina mercados, abrigos, galerias e outros locais semelhantes, a critério da SMPA.

III - ao aspecto estético da cidade, especialmente, com referência a parques, praças, jardins e outros locais de características paisagísticas;

IV - à promoção turística, proibindo-se defronte ou junto a hotéis, teatros e outros estabelecimentos de freqüência ou atração turística, a critério da SMPA;

V - ao comércio estabelecido e às feiras-livres, não sendo permitido a menos de cinquenta metros (50,00m) de estabelecimentos que vendam artigos similares e de logradouros nos quais estejam instalados grupos de feiras.

§ 1º - Respeitadas as disposições deste artigo, não poderão, em qualquer hipótese, ser estabelecidos mais de quatro (4) locais de estacionamento em uma mesma quadra, observando-se, ainda, a distância mínima de dez metros (10,00m) entre um e outro equipamento.

§ 2º - A licença para estacionamento em locais dos indicados no inciso III, inclusive a engraxates e fotógrafos dependerá de pronunciamento favorável da SMOV.

§ 3º - No caso de engraxates, serão determinados pela SMPA os modelos de cadeira e guarda-sol a serem usados.

Art. 7º - O pedido de licenciamento, que deverá ser feito em formulário próprio padronizado pela SMPA dará entrada na Seção de Comunicações da SMA, devendo nêle constar os seguintes elementos:

- I - nome completo do requerente, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço;
- II - data, localidade e unidade da Federação onde nasceu, ou o país de origem em caso de estrangeiros;
- III - indicação do documento de identidade, mencionando a espécie, número, data de emissão e órgão emissor



- IV - ramo que deseja explorar;
- V - indicação de equipamento a ser usado;
- VI - zona ou local em que pretende exercer a atividade, com croqui de localização, quando se tratar de pedido de licenciamento especial para estacionamento.

§ 1º - O simples comprovante de protocolo não confere qualquer direito ao requerente.

§ 2º - Os pedidos que não obedecerem ao disposto neste artigo, serão sumariamente indeferidos e encaminhados ao arquivamento.

Art. 8º - Despachado favoravelmente o pedido, terá o requerente o prazo de trinta (30) dias para apresentar os seguintes elementos necessários ao seu cadastramento:

- I - documento de identidade indicado no requerimento;
- II - atestado de antecedentes fornecido pelo órgão policial competente;
- III - prova de estar em dia com as obrigações eleitorais e com o serviço militar, quando couber;
- IV - carteira profissional;
- V - carteira sanitária, quando fôr o caso;
- VI - três fotografias tamanho 3 x 4 sem chapéu, de frente e com data recente;
- VII - comprovante de licença de veículo pelo órgão estadual competente, quando fôr o caso;
- VIII - prova de haver sido o equipamento vistoriado pelo órgão sanitário competente, quando couber;
- IX - comprovante do pagamento de contribuição sindical;
- X - comprovante de pagamento da Taxa de Licenciamento para localização ou Exercício de Atividade.

§ 1º - Os veículos de tração humana com autorização especial para estacionar, enquadram-se para fins de cobrança da taxa a que alude o inciso X d'este artigo, na classificação V-II-5 da Tabela de Incidências que acompanha a Lei nº 3095, de 13.12.67.

§ 2º - O pagamento da taxa a que se refere o inciso X, será efetuado na SMF.

§ 3º - Transcorrido o prazo de que trata este artigo sem a manifestação do interessado ou decorrendo igual prazo da data em que conhecer do deferimento sem a apresentação dos elementos -



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL

231

CORRETO

7.

cadastrais, será o despacho considerado insubsistente, encaminhando-se o processo a arquivamento.

Art. 9º - Uma vez procedido o cadastramento do licenciado, será emitido pelo órgão competente da SMPA, o respectivo Alvará de Licença.

§ 1º - O Alvará tem validade somente para o exercício em que fôr emitido, devendo seu titular, obrigatoriamente, portá-lo e mantê-lo devidamente plastificado, em local bem visível do seu equipamento, quando couber.

§ 2º - A não retirada do Alvará pelo interessado, no prazo de trinta (30) dias contados da data de sua emissão, dará lugar ao procedimento de que trata o § 3º do art. 8º.

Art. 10 - A licença concedida sempre a título precário é pessoal e intransferível, podendo ser cassada ou anulada sem que qualquer direito assista ao licenciado.

Parágrafo único - No caso de morte ou incapacidade física definitiva do licenciado, é facultada a transferência a seu legítimo herdeiro que, comprovadamente, viva sob sua dependência econômica.

Art. 11 - Não será concedida à mesma pessoa mais de uma licença para exploração do comércio ambulante, podendo entretanto o licenciado, que deverá exercê-la pessoalmente, dispor de auxiliares legalmente admitidos como empregados desde que funcionando com o mesmo equipamento.

§ 1º - Os auxiliares deverão ser cadastrados na SMPA, a requerimento do licenciado, cabendo-lhes a apresentação dos elementos indicados no art. 8º, salvo quanto aos incisos VII, VIII e X.

§ 2º - Deferido o pedido de cadastramento de auxiliar, aplica-se ao interessado o prazo e procedimento a que se refere o § 3º do artigo 8º.

§ 3º - Tanto o licenciado como o auxiliar deverão ter sempre em seu poder a carteira sanitária, devidamente atualizada.

§ 4º - O auxiliar deverá portar, ainda, o comprovante de seu cadastramento na SMPA.

Art. 12 - As disposições dos artigos 7º e 9º aplicam-se a renovação anual da licença, que deverá ser obrigatoriamente requerida no período de 2 a 31 de janeiro.

§ 1º - Além dos requisitos exigidos no artigo 7º deverão constar do pedido de renovação o número e o código do Alvará de exercício anterior.



§ 2º - Após o despacho favorável, deverão ser apresentados elementos indicados no artigo 8º que se façam necessários à atualização do cadastro, especialmente as carteiras profissional e sanitária devidamente atualizadas, e os comprovantes de que tratam os incisos IX e X e a certidão negativa da SMF.

§ 3º - Por ocasião da renovação do Alvará deverá ser recolhido o anterior.

Art. 13 - A SMPA manterá um fichário completo de todos os ambulantes licenciados e respectivos auxiliares, com cadastramento individual.

Art. 14 - A quem fôr encontrado exercendo o comércio - ambulante sem a devida licença, será apreendida a mercadoria em seu poder sem prejuízo da multa que couber.

Parágrafo único - Na aplicação da multa levar-se-á em conta:

- I - a forma pela qual estiver sendo exercido o comércio aplicando-se valores máximos para os casos de estacionamento;
- II - o tipo de equipamento utilizado;
- III - a espécie de mercadoria comerciada e seu valor - aproximado.

Art. 15 - São estabelecidas as seguintes proibições a que estão sujeitos os ambulantes licenciados, grupados, para fins de aplicação de multa ou suspensão, em três níveis, por ordem decrescente de gravidade de infração:

I - NÍVEL 1 compreendendo:

- a) - estacionar em local proibido;
- b) - usar veículo ou equipamento sem aprovação da SMPA, ou modificar o que haja sido aprovado;
- c) - introduzir ramo diverso de atividade ou vender mercadoria não autorizada;
- d) - portar Alvará de exercício anterior sem existir pedido de renovação da licença, respeitado o prazo a que se refere o artigo 12.
- e) - perturbação de ordem pública, incontinência pública, prática de crimes ou contravenções e desobediência às ordens emanadas das autoridades;



- f) - utilização de auxiliares não cadastrados na SMPA, ou que não estejam legalmente admitidos como empregados ou com situação irregular perante a Consolidação das Leis do Trabalho ou da Previdência Social;
- g) - prática ou tentativa de suborno, especialmente com relação a integrantes da fiscalização municipal;
- h) - venda, cessão, empréstimo ou aluguel da licença ou ponto de estacionamento;
- i) - adulteração no instrumental de pesos e medidas ou inexatidão no seu uso;
- j) - suspensão da atividade licenciada por prazo superior a trinta (30) dias.

II - NÍVEL 2 compreendendo:

- a) - deixar de observar os horários de trabalho e de abastecimento;
- b) - estacionar na via pública ou em local diverso do autorizado;
- c) - sobrecarregar o equipamento ou ocupar a área adjacente com depósito ou exposição de mercadorias;
- d) - apresentar condições precárias de higiene - quanto ao asseio do vestuário ou à limpeza do equipamento ou do local de estacionamento;
- e) - apregoar mercadorias em altas vozes ou através de dispositivos que perturbem o sossego público;
- f) - faltar com urbanidade no trato para com o público ou colegas de trabalho.

III - NÍVEL 3 compreendendo a inobservância de qualquer das demais obrigações constantes da Lei nº 3187/68 ou deste Decreto, para as quais não exista a indicação expressa de penalidade, desde que haja sido punido inicialmente com a pena de advertência.

Art. 16 - Para garantia do pagamento de multa por transgressão às normas estabelecidas na Lei nº 3187/68 e neste Decreto, serão apreendidos veículos, mercadorias, equipamentos e tudo o mais que direta ou indiretamente, estiver ligado à infração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL

234



10.

§ 1º - O produto de apreensão será recolhido a local - especialmente destinado a êsse fim, lavrando o respectivo auto de infração em três vias.

Art. 17 - Aplicar-se-á pena de suspensão, até 7 (sete) dias, nos casos de terceira incidência da mesma infração no prazo de 1 (um) ano.

Art. 18 - A pena de cassação da licença será aplicada após a quarta incidência de infração do mesmo nível, no período de 1 (um) ano.

§ 1º - Cassada a licença, deverá o ambulante cessar de imediato a sua atividade, recolhendo o equipamento e as mercadorias, sob pena de apreensão.

§ 2º - Ao ambulante que tiver sua licença cassada, sômente poderá ser concedida outra, após o decurso de 2 (dois) anos.

Art. 19 - A aplicação de penalidade, que será feita à vista do auto de infração, cabe:

- I - ao titular da SMPA, em qualquer caso;
- II - ao Diretor da Divisão de Abastecimento, nos casos de suspensão, multa, apreensão ou advertência;
- III - ao Chefe do Órgão ao qual seja diretamente atribuída a fiscalização do comércio ambulante, nos casos de apreensão ou advertência, verbal ou escrita;
- IV - ao fiscal que constatar a infração no setor a seu cargo, nos casos de apreensão ou advertência verbal, devendo dar imediato conhecimento desta, por escrito, a seu chefe imediato.

Parágrafo único - O auto de infração será lavrado em 3 (três) vias, das quais a original será encaminhada pelo agente da fiscalização, em vinte e quatro (24) horas, à chefia competente, uma cópia entregue ao infrator e a outra conservada no talão.

Art. 20 - As autorizações de que tratam os artigos 9º e 10 da Lei nº 3187/68, serão concedidas a vendedores ambulantes, licenciados ou não, mediante pedido formulado diretamente à Divisão de Abastecimento, para a venda de:

- I - refrigerantes engarrafados de procedência industrial, cachorro-quente, "churros", pipocas e açúcar - centrifugado, em equipamentos aprovados pela SMPA, inclusive tendas e balcões removíveis:

.....



- a) - nas praias, durante a temporada de verão;
- b) - nos locais onde se realizarem festejos populares durante o carnaval, admitida a venda de artigos carnavalescos;
- c) - nas proximidades dos locais em que tenham lugar solenidades, espetáculos e promoções públicas ou privadas durante a sua realização.

II - frutas e outros produtos agrícolas típicos do Estado, preferencialmente por produtores, durante as respectivas safras e em locais onde o trânsito e o comércio estabelecido não sejam prejudicados;

III - peixes e outras espécies de pescado durante a Semana Santa, em tendas de modelo aprovado pela SMPA, situadas em locais especialmente destinados a esse fim;

IV - mudas e galhos de pinheiro, durante a época do Natal e Ano Novo, comprovada a procedência regular da mercadoria, em locais onde o comércio não prejudique o trânsito nem cause dano de logradouro.

§ 1º - Aos interessados não licenciados como vendedores ambulantes será exigida a apresentação dos elementos constantes dos incisos I, II, III e V, este quando couber, do artigo 7º.

§ 2º - As autorizações de que trata este artigo não poderão ultrapassar a prazo de noventa (90) dias.

Art. 21 - A aplicação das sanções aos ambulantes licenciados que transgridam disposições da Lei nº 3187/68 e deste Decreto-cabe, nos termos do art. 20, exclusivamente à SMPA, à qual serão comunicadas as irregularidades que, nesse campo, sejam porventura constata-
tadas pelas fiscalizações do Departamento de Fiscalização e da Divisão de Inspeção Tributária da SMF.

§ 1º - No caso de atividade não licenciada, a aplicação de sanções cabe ao Departamento de Fiscalização, ao qual devem ser comunicadas pela SMPA e pela Divisão de Inspeção Tributária da SMF, as irregularidades porventura constatadas pelas respectivas fiscalizações.

§ 2º - Aplica-se ao Departamento de Fiscalização, no que couber as disposições constantes porventura constatadas pelas respectivas fiscalizações.

Art. 22 - É estabelecido o prazo de sessenta (60) dias contados do início da vigência deste Decreto. para a implantação das



normas nêles contidas inclusive redistribuição, quando necessária, dos ambulantes que dispõem de licença especial para estacionar.

§ 1º - Durante o período a que se refere êste artigo, fica suspensa a concessão de licença para o comércio ambulante, salvo no que respeita aos pedidos já em tramitação que se possam enquadrar nêste Regulamento.

§ 2º - A disposição do parágrafo anterior não se aplica às autorizações a que se refere o artigo 21.

Art. 23 - O Secretário Municipal da Produção e do Abastecimento determinará as providências necessárias à fiel aplicação das normas estabelecidas neste Decreto, podendo, quando fôr o caso, solicitar a colaboração de outras unidades municipais, inclusive requisitando, através da Secretaria Municipal de Administração, pessoal adicional para reforçar a fiscalização no período de implantação.

Art. 24 - Êste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pôrto Alegre, 31 de dezembro - de 1970.


Telmo Thompson Flores

Prefeito


Osmar Francisco Liz Alfonso

Secretário Municipal da Produção e do Abastecimento

Registre-se e publique-se


José Joaquim de Assumpção Neto

Secretário Municipal de Administração
Resp. p/ Secretaria do Gôvêro Municipal

Proc. nº 16.089/70

/mits.